

A comunicação das organizações para a sustentabilidade ¹

Margarida Maria Krohling KUNSCH²

Iara Maria da Silva MOYA³

Pedro ULSEN⁴

CECORP-ECA-USP⁵

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este texto apresenta reflexão elaborada a partir dos resultados do projeto “Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas”, vinculado ao Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (CECORP) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e ao CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Três pontos são abordados: as interfaces entre comunicação e sustentabilidade; o conceito de sustentabilidade adotado nas organizações, diretriz no posicionamento das organizações na comunicação da gestão da sustentabilidade; e a comunicação das organizações para a sustentabilidade sob a perspectiva da Carta da Terra.

Palavras-chave: Comunicação, Comunicação organizacional, Comunicação para a sustentabilidade; Organizações; Sustentabilidade.

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

CARTA DA TERRA

¹ Trabalho apresentado no GP RP e Comunicação Organizacional do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, email: mkkunsch@usp.br.

³ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, email: iaiamoya@usp.br

⁴ Doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, email: pedroulsen@usp.br

⁵ Artigo vinculado ao Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (CECORP) da ECA-USP - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

O projeto “Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas”, vinculado ao CECORP e ao CNPq é o ponto de partida para a continuidade do desenvolvimento de nossas reflexões no que se refere à comunicação organizacional para a sustentabilidade.

Neste texto, três pontos são tratados: o primeiro aborda as interfaces entre comunicação e sustentabilidade, onde é feito um pequeno histórico das conferências da ONU – Organizações das Nações Unidas, sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o que nos leva a reconhecer a sustentabilidade como um tema mundial na contemporaneidade, com relação direta com a comunicação, e a constatação de que proliferam diversas conceituações de sustentabilidade.

O segundo ponto discute os resultados da pesquisa empírica do estudo realizado, quanto ao conceito de sustentabilidade adotado pelas organizações no contexto das iniciativas que vem sendo desenvolvidas na comunicação da gestão da sustentabilidade nas empresas pesquisadas. Foram elencados conceitos de cinco autores: John Elkington, Lester Brown, Eduardo Viola, Fritjof Capra e Arne Naess para que os entrevistados avaliassem suas preferências e adoção.

O terceiro ponto trata da comunicação das organizações para a sustentabilidade e a perspectiva da Carta da Terra. A comunicação para a sustentabilidade tem como pressuposto a comunicação para a mudança e discute a Carta da Terra como guia para essa comunicação e para a conduta de indivíduos, governos e organizações.

Interfaces entre comunicação e sustentabilidade

A realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, no Rio de Janeiro, em junho de 2012, veio coroar uma trajetória de 40 anos da ONU - Organizações das Nações Unidas, no questionamento das questões ambientais e sociais. A partir da Rio+20, a sustentabilidade passa a ser, definitivamente, um tema mundial da contemporaneidade, refletindo sua relação direta com a comunicação. Como diz Kunsch (2009, p. 70) “para que seja possível promover efetivamente a sustentabilidade [...] a sociedade necessita imprescindivelmente da comunicação, tanto dos meios quanto de toda a convergência midiática”.

Uma rápida linha do tempo indica em 1972 a Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo. Mas, foi preciso esperar até 1984, quando então foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland.

Em 1987 é apresentado o resultado do trabalho da comissão, o relatório *Nosso Futuro Comum*, também chamado Relatório Brundtland. Com sua divulgação surge o conceito de desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”. (BRUNDTLAND *et al*, 1991).

Em consequência é convocada uma nova conferência, que ocorre no Rio, em 1992. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, inicialmente identificada como a Cúpula da Terra, foi denominada Eco-92 e posteriormente, Rio-92. A Conferência foi fértil na produção de documentos, sendo os principais: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima; a Convenção sobre Diversidade Biológica; e a Declaração de Princípios sobre Florestas, além de promulgar a concepção de que o desenvolvimento sustentável deve responder ao equilíbrio de seus três pilares – econômico, social e ambiental.

Considerada a maior conferência da ONU até então, a Rio-92 contou com a presença de representantes de 172 países, incluindo 108 chefes de Estado, e mais de 30 mil pessoas em evento paralelo, entre jornalistas e representantes de organizações não-governamentais. A presença da mídia de quase todo o mundo levou a discussão do tema para a sociedade civil, que acompanhou a Conferência pela TV.

Em 2002 ocorre em Joanesburgo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de avaliar os avanços conquistados no período, aliás, pouco expressivos, ao mesmo tempo que, um tema importante da pauta, a composição do financiamento de projetos de sustentabilidade, não conseguiu consenso. Mas, um ponto forte foi reforçar a importância do compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Para alguns analistas, o grande ganho da Conferência foi a cobertura da mídia dada ao evento e a divulgação das questões da sustentabilidade.

Em 2012 a Rio+20 mobilizou o mundo de maneira efetiva para a discussão da sustentabilidade. A Conferência teve como temas centrais: a Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza; e a Governança Global da

sustentabilidade. Se o primeiro tema teve pouca expressão, o sucesso da Conferência foi atribuído à criação do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, além da proposição de elaborar uma Agenda pós-2015, com a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O sucesso da divulgação e o envolvimento com a Conferência se evidencia nos acessos à página da Rio+20 em português, que recebeu mais de um milhão de acessos na semana de sua realização, e nos acessos ao twitter, contabilizados em mais de um bilhão. (MOYA, 2012).

A sociedade em rede (CASTELLS, 2003) possibilita às sociedades estarem conectadas simultaneamente, é a chamada globalização da modernidade (GIDDENS, 1991). Isso significa que a discussão da sustentabilidade ultrapassa as fronteiras das nações, sendo assumida em dimensão global, reproduzindo a globalização do planeta (IANNI, 1994). Nessa perspectiva é possível dizer que a divulgação e o interesse no tema da sustentabilidade crescem junto com as tecnologias de comunicação.

Por outro lado, proliferam as conceituações de sustentabilidade, muitas vezes opostas. Na própria ONU, dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, várias contribuições foram discutidas e apresentadas na preparação da Conferência, como os estudos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (2011) e a proposição da economia verde; a análise do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (2011), com foco na equidade; o entendimento da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO (2011) sobre sociedades verdes, e o relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012), que adota aspectos de todos os estudos anteriores e talvez seja o mais enfático quanto à necessidade de mudança nos padrões de produção e consumo.

Boff (2012) faz a crítica dos modelos atuais de sustentabilidade e estabelece uma escala que tem na base o modelo-padrão de desenvolvimento sustentável, que qualifica como sustentabilidade retórica; depois avalia o modelo do neocapitalismo de Ken Rozen, considerado como ausência de sustentabilidade; em seguida vem o Capitalismo natural, que tem como objetivo a ecoeficiência e trata a natureza como externalidade, considerado como sustentabilidade enganosa.

A partir desse ponto, a escala começa a reverter. O modelo da Economia verde, apresentado

na Rio+20, como o caminho da salvação do modelo global econômico, ambiental e social, é avaliado como modelo de sustentabilidade fraca, na medida em que apenas propõe ajustes ao atual modelo econômico; o Ecosocialismo de M. Lowy, na escala, é a sustentabilidade insuficiente; e o modelo de Ecodesenvolvimento (de Ignacy Sachs) ou Bioeconomia (regida pelos recursos possíveis da Terra) é considerado como a sustentabilidade possível.

O modelo de Economia solidária de Paul Singer é considerado a microssustentabilidade viável, ainda que este modelo confronte a economia capitalista, pois está centrado nas pessoas e na solidariedade. Por fim, a sustentabilidade desejada é o “bem-viver andino”, ou *sumak kawsay*, que tem por base um conceito holístico e integrador do ser humano com seus pares, com a natureza e todas as suas expressões de vida, com o Planeta e com a energia vital do universo. A escala de Boff (2012) é ilustrativa da variedade e amplitude dos conceitos de sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade adotado nas organizações

Um dos objetivos do estudo “Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas”⁶ (KUNSCH *et al.*, 2014) era conhecer o entendimento das organizações sobre sustentabilidade. Na realização da pesquisa empírica do estudo foi considerado como universo uma listagem previamente selecionada de empresas, com base na Revista Exame das Maiores Empresas do Brasil de 2012. A coleta dos dados foi realizada *on line* em duas medições, no período de 14/05/2012 a 21/02/2014, por meio de questionário desenvolvido com o *software* livre *SurveyMonkey* e resultou no retorno de 52 organizações, o que configurou a amostra do estudo.

Para conhecer o conceito de sustentabilidade adotado nas organizações, foram apresentadas as conceituações de cinco reconhecidos pensadores da sustentabilidade com diferentes enfoques: John Elkington, Lester Brown, Eduardo Viola, Fritjof Capra e Arne Naess, com o intuito de estabelecer os conceitos de sustentabilidade mais próximos aos adotados nas organizações. A seleção desses autores é resultante do pré-teste do questionário, que teve

⁶ Esta pesquisa empírica “Políticas e Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas” foi realizada, em 2012 e 2013, junto a uma amostra de grandes empresas e contou com o apoio do CNPq. Para este artigo foi feito apenas um recorte de uma das questões trabalhadas. Os detalhes sobre a metodologia utilizada e os resultados completos do estudo constam do relatório técnico-científico. <http://www2.eca.usp.br/ceccorp/eca/>

como critério apresentar a maior variabilidade de aceitação dos conceitos e incluía também as concepções de Olivier Godard (1997), Ignacy Sachs (2002), Enrique Leff (2007) e Philip Fearnside (1997).

O resultado da pesquisa empírica do estudo mostra a preferência das organizações pelo conceito de Elkington (2001), com 84% de concordância, sendo que 59% das organizações afirmam concordância plena com o conceito, 25% concordam parcialmente e apenas 16% apresentam discordância ou sem resposta. O conceito apresentado no estudo foi o seguinte:

Promover a harmonia entre os aspectos econômico, social e ambiental para obtenção do sucesso nos negócios. Nenhuma empresa é capaz de se perpetuar sem levar em consideração esses três aspectos, o que engloba todas as relações entre a sociedade, as organizações e seus interesses. (ELKINGTON, 2001, p.73).

Um outro conceito, do autor Lester Brown (2009), tem na pesquisa aceitação dividida entre a concordância plena (37%) e a concordância parcial (35%), além de 28% de discordância ou sem resposta, por considerar, junto com a preocupação intergeracional, a crítica à concepção da ação humana de intervenção e destruição da natureza, que como se vê, é um ponto ainda considerado polêmico. O conceito de Lester Brown apresentado foi o seguinte:

Satisfazer plenamente as necessidades de forma a preservar as condições para que as gerações futuras também o façam. As atividades processadas por agrupamentos humanos não podem interferir prejudicialmente nos ciclos de renovação da natureza e nem destruir esses recursos de forma a privar as gerações futuras de sua assistência. (BROWN, 2009).

A conceituação de Eduardo Viola (1996), ao associar o progresso à qualidade de vida e não ao consumo material, obtém das organizações a concordância parcial (44%) frente a 27% de concordância plena (e mais 29% de discordância e sem resposta). O conceito apresentado foi o seguinte:

Promover o progresso pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante) e não pelo puro consumo material. (VIOLA, 1996).

Também o conceito de Fritjof Capra (1997) obtém a concordância parcial de 52% das organizações e 17% de concordância plena, além de 31% de discordância e sem resposta, ao defender que o padrão de organização dos ecossistemas - interdependência, reciclagem,

parceria, flexibilidade e diversidade, deve ser aplicado às sociedades humanas, conforme o texto apresentado:

Consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características, encontradas em ecossistemas, forem “aplicadas” às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade. (CAPRA, 1997).

Na ponta inferior está o conceito de Arne Naess (1997) que, ao defender o cuidado com a relação homem-natureza em dimensão planetária, mobiliza a rejeição do conceito sendo que 43% das organizações declaram discordância, e outras 37% não responderam a esse aspecto. Apenas 8% das organizações mostram concordância plena e 13%, concordância parcial, com as idéias propostas. O conceito foi apresentado na pesquisa como segue:

Baseia-se em valores egocêntricos, centrados na Terra, é uma visão do mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. Todos os seres são membros de Oikos-Lar, o cuidado com o planeta ocorre se o EU se expandir e aprofundar-se de maneira que a proteção da Natureza seja sentida e concebida como proteção a nós mesmos. (NAESS, 1997).

O gráfico a seguir mostra essas avaliações de maneira resumida, comparando a concordância total das organizações com o conceito dos autores frente ao percentual de discordância e sem resposta. A expressão gráfica permite ver com clareza a polarização entre o conceito de Elkington (2001) e Naess (1997), e o posicionamento intermediário dos conceitos de Brown (2009), Viola (1996) e Capra (1997).

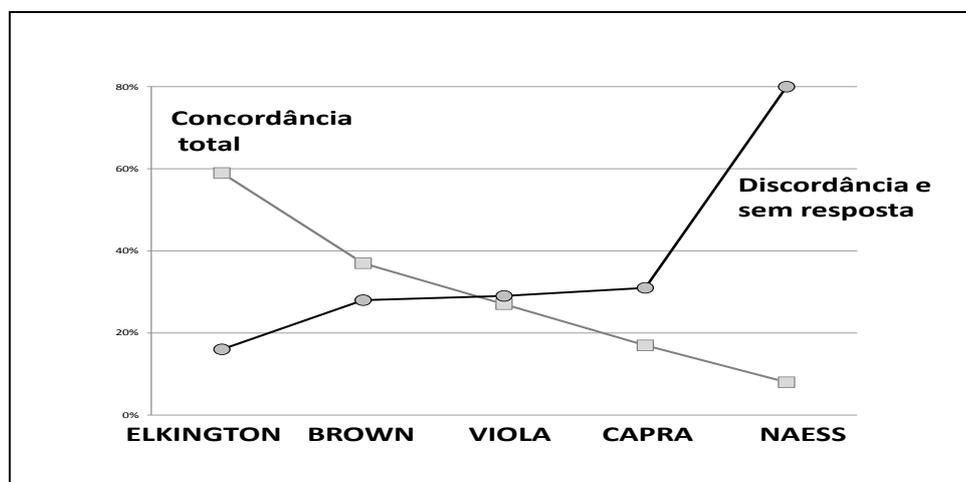


Gráfico - % de Concordância total das organizações com o conceito dos autores x % de Discordância e sem resposta

A escolha contundente do conceito de Elkington (2001) pelas organizações se justifica na medida em que o conceito aborda os chamados pilares do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental, já então adotados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a Rio-92 (1992). Da mesma maneira, a avaliação favorável ao conceito de Brown remete à proposição de intergeracionalidade, base do conceito de sustentabilidade estabelecido no Relatório Brundtland (1991), e adotado por países e organizações sem restrição.

Os conceitos de Capra (1997) e Naess (1997), apesar de pouco aceitos nas organizações, remetem à visão de sustentabilidade divulgada no relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). Em suas palavras:

A visão de longo prazo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários. (PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL, 2012, p. 18)

Por limites planetários entende-se o trabalho desenvolvido pelo Centro de Resiliência de Estocolmo, sob a coordenação de Rockström (2009), junto com diversos cientistas proeminentes. No estudo foi definido um padrão de risco para o planeta e a humanidade, e foram estabelecidas nove fronteiras planetárias que formam o chamado “espaço de operação seguro para a humanidade”. Essas nove fronteiras referem-se a processos do sistema-Terra, e são avaliadas no estudo segundo as causas humanas de pressão sobre esse sistema e as consequências resultantes no caso dessas fronteiras serem cruzadas. São elas, além da Mudança climática, Erosão da biodiversidade e Ciclo do Nitrogênio e Fósforo (três fronteiras já cruzadas), Depleção da camada de ozônio, Acidificação oceânica, Uso global de água doce, Mudanças no uso da terra, Concentração de aerossóis atmosféricos, e Poluição química. (MOYA, 2012).

Nessa perspectiva, um novo entendimento da sustentabilidade redesenha os pilares do desenvolvimento sustentável. Primeiro, porque define os objetivos do pilar social, ao propor erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade; segundo, porque no aspecto econômico defende o crescimento inclusivo e a produção e o consumo mais sustentáveis; e terceiro,

porque estabelece para o pilar ambiental a dimensão planetária, tanto na necessidade de combater a mudança climática, quanto no respeito aos outros limites planetários.

Todas essas questões demandam mudança, e rápido, o que significa a adoção de um novo entendimento da sustentabilidade, de novos modos de pensar e de viver. Como diz a Carta da Terra (2000):

Como nunca antes na História, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. [...] Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável nos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão.

A comunicação das organizações para a sustentabilidade

Como se vê, é urgente mudar. Mas, somente por meio da comunicação será possível desencadear em toda a sociedade as mudanças necessárias que a sustentabilidade demanda.

A comunicação para a sustentabilidade pressupõe uma visão interativa dessa comunicação, com a utilização de todos os potenciais da comunicação para a geração de mudanças. (KUNSCH *et al*, 2014). Essa comunicação se constitui, antes de mais nada, como condição estratégica, reproduzindo o triplo nexo entre comunicação e estratégia apontado por Pérez e Massoni, (2009): a Estratégia surge da nossa capacidade semântica e comunicativa, e aí se fortalece como capacidade humana e disciplina; nosso pensamento viaja lingüísticamente ao futuro, e então podemos estabelecer onde queremos chegar; e as estratégias necessitam da comunicação para que os sujeitos possam coordenar-se, cooperar e somar forças, pois é por meio do diálogo que se assume as chegadas possíveis e são escolhidos os caminhos a seguir.

Da mesma maneira, a proposição da comunicação para a sustentabilidade requer das organizações um triplo vínculo. Primeiro, precisam dar uma resposta à sociedade, na medida em que têm grande responsabilidade pela situação atual do planeta. Segundo, precisam mudar, mais que suas práticas e discursos, mudar seus valores, suas convicções e modos de pensar, com a conseqüente mudança não só dos processos produtivos mas, também, do entendimento da atual organização econômica e social. Terceiro, por serem as instituições mais poderosas do planeta (HART, 2006, SENGE *et al*, 2007) devem assumir

seu papel de agentes de mudança na construção de uma nova visão de um modo de vida sustentável.

Como diz a Carta da Terra (2000) “necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente”. Nesse sentido a Carta propõe alguns princípios para o estabelecimento de um padrão comum para um modo de vida sustentável. Esse padrão deve não só orientar, mas também avaliar a conduta de todos os indivíduos, sociedade civil organizada, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais. Sem abandonar a pluralidade e a liberdade de ação. A Carta delinea um fio condutor sobretudo ético. Em suas palavras:

Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como padrão comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será dirigida e avaliada. (CARTA DA TERRA, 2000).

A Carta da Terra é resultado de uma recomendação do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para a criação de uma declaração em forma de uma carta com princípios para orientar as nações, as organizações e as pessoas na transição para um desenvolvimento sustentável.

A carta está desenvolvida em três partes, Preâmbulo; Princípios; e O caminho adiante. Os princípios, em um total de 16, estão distribuídos em quatro temas: Respeitar e cuidar da comunidade de vida; Integridade ecológica; Justiça social e econômica; Democracia, não-violência e paz. O quadro a seguir detalha os princípios.

O processo de elaboração da carta se configura, efetivamente, a partir de 1996, com a formação de uma Comissão da Carta da Terra, sob a coordenação de Maurice Strong e Mikhail Gorbachev, junto com 23 personalidades eminentes das principais regiões do mundo, sendo que o Brasil teve sua representação por meio da participação de Leonardo Boff. A Comissão também mobilizou centenas de organizações e milhares de pessoas, tanto por meio de 45 comitês nacionais, como também por meio de conferências regionais na Ásia, África, Américas Central, do Sul e do Norte e Europa, e por meio do diálogo na internet. A Carta, portanto, é considerada o fruto de um diálogo mundial, “produto de um diálogo intercultural em dimensão mundial, sobre valores compartilhados e objetivos comuns” (CARTA DA TERRA, 2000).

Definida como “uma declaração dos povos sobre a interdependência global e a responsabilidade universal” a Carta promove “os princípios fundamentais para a construção de um mundo justo, sustentável e pacífico”, visando preparar a humanidade para os desafios e escolhas críticas para o século XXI (CARTA DA TERRA, 2000).

Princípios da Carta da Terra

I RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA	1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade
	2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor
	3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas
	4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações
II INTEGRIDADE ECOLÓGICA	5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida
	6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução
	7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário
	8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido
III JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA	9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental
	10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável
	11. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas
	12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias
IV DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ	13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça
	14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável
	15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração
	16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz

Fonte: CARTA DA TERRA (2000)

Segundo o Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012, p.57), a Carta tem por objetivo promover “a conscientização e a responsabilidade compartilhada pelas gerações futuras, a sustentabilidade global e o diálogo cultural”. E, conforme as palavras da própria Carta: “devemos aprofundar e expandir o diálogo global que gerou a Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca conjunta em andamento por verdade e sabedoria”. (CARTA DA TERRA, 2000).

A Carta da Terra é entendida e assumida como fator de comunicação, promovendo a conscientização e o diálogo. Além disso, pretende ser “um instrumento internacionalmente legalizado e contratual sobre o ambiente e o desenvolvimento”. (CARTA DA TERRA, 2000). Nessa perspectiva, o diálogo entre a comunicação das organizações para a sustentabilidade e a Carta da Terra mostra-se um caminho profícuo para a construção da sustentabilidade.

Considerações finais

Pensar a comunicação para a sustentabilidade requer, acima de tudo, atenção para o momento que vivemos. Nosso cotidiano corriqueiro nos dá pequenos sinais de alarme: não chove em São Paulo há mais de um mês, mas, a Região Norte e os estados vizinhos da Região Sul Sul enfrentam chuvas excessivas, com inúmeros danos para a população e a agricultura. A temperatura no inverno está seis graus acima da média do período. A internet informa, a indústria automobilística alcança a marca de 1 bilhão de carros circulando pelo Planeta. Na TV, o jornal mostra o pesquisador brasileiro do Pará que confirma o desaparecimento das abelhas. Esse quadro demanda discutir nossa realidade, ampliar nosso conhecimento e entendimento, pensar um outro modo de vida sustentável possível.

O diálogo proposto entre a comunicação organizacional e a Carta da Terra abre um novo caminho que não se esgota aqui, mas, pode contribuir com novos elementos de reflexão, no aprofundamento das discussões dos diferentes temas da sustentabilidade e na construção de uma nova visão da vida e do mundo.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BROWN, Lester. **Plano B 4.0: Mobilização para salvar a civilização**. São Paulo: New Content, 2009.

BRUNDTLAND, G. H. *et al.* **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix - Amana-Key, 1997.

CARTA DA TERRA, 2000. In <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html> Acesso em 04/03/2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - RIO+20. **O futuro que queremos**. Documento final da Conferência, 2012. In: <http://www.unu.org.br/rio20/documentos/>. Acesso em 22/06/2012.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+10/ **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável - Das nossas origens ao futuro**. In: <http://www.unu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf> Acesso em 15/04/2012.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE - RIO-92/ **Declaração do Rio sobre Meio ambiente e Desenvolvimento** – 1992. In <http://www.unu.org.br/rio20/documentos/> Acesso em 15/04/2012.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO – 1972/ **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment** – 1972. In <http://www.unu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf> Acesso em 15/04/ 2012.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FEARNSIND , Philip M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: Cavalcante, Clóvis. (Org.) **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo : Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco,1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: Castro, Edna; Pinton.

Florence. (Orgs.) **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e ambiente. Belém: Cjup UFPA-NE, 1997.

HART, Stuart L. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling *et al.* **Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas**. Relatório técnico-científico de Projeto de Produtividade em Pesquisa – PQ. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. São Paulo, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling **A comunicação para a sustentabilidade das organizações na sociedade global**. In: KUNSCH, Margarida; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (Orgs.). *A comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações*. 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MOYA, Iara Maria da Silva. **Rio+20: O espaço da comunicação no enfrentamento dos desafios globais**. Trabalho apresentado no GP RP e Comunicação Organizacional, XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UNIFOR, Fortaleza; CE, 2012.

NAESS, Arne. *Ecologia Profunda - Um novo paradigma*. In: CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix - Amaná-Key, 1997.

PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL. **Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha**. Nova York: Nações Unidas, 2012. In <http://www.onu.org.br/docs/gsp-integra.pdf>. Acesso em 15/05/2012.

PÉREZ, Rafael Alberto e MASSONI, Sandra. **Hacia una teoría general de la estrategia**. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro melhor para todos**. PNUD, 2011. In <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 20/ 04/ 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza** – Síntese para Tomadores de

Decisão. PNUMA, 2011. In http://www.pnuma.org.br/publicacoes_detalhar.php?id_publici=92. Acesso em 18/03/2012.

ROCKSTRÖM, J. et al. **A safe operating space for humanity**. In Nature no. 461, 24 de setembro de 2009, p.472-5.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. In: STROH, Paula Yone (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SENGE, Peter *et al.* **Presença: propósito humano e o campo do futuro**. São Paulo: Cultrix, 2007.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Des économies vertes aux sociétés vertes**. L’engagement de l’UNESCO pour le développement durable. Paris: Unesco, 2011. In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002133/213311f.pdf> . Acesso em 25/04/2012

VIOLA, Eduardo. **Reflexões sobre os dilemas do Brasil na segunda metade da década de 1990 e sobre uma Agenda de políticas públicas baseada na democracia, na equidade, na eficiência e na sustentabilidade**. Trabalho para o workshop “Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases para a Construção de uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza)”. Olinda: Fundação Joaquim Nabuco, 1996.